

O acúmulo de tarefas alheias ao ofício e o emergir de um gênero profissional invasivo¹

Joeder da Silva Messias²

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Vitória da Conquista, BA, Brasil)

Jorge Tarcisio da Rocha Falcão³

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (Natal, RN, Brasil)

Eduardo Breno Nascimento Bezerra⁴

Universidade Federal da Paraíba – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)

Este estudo aborda o fenômeno do acúmulo de tarefas em contexto da atividade de trabalho humana, a partir de operadores teóricos da clínica da atividade, como instâncias do ofício, estilo, gênero profissional, poder de agir e trabalho bem feito. Tomou-se como base material empírico referente a narrativas de trabalhadores participantes de pesquisa desenvolvida em um Serviço de Verificação de Óbitos (SVO), por meio de entrevistas semiestruturadas e de instrução ao sócia, realizadas com técnicos em necropsia. O referido material discursivo possibilitou o entendimento de que as submissões desses trabalhadores à tarefas alheias a seu ofício fizeram com que eles precisassem recorrer ao gênero profissional inerente a outros cargos, e dele se apropriar, originando o que aqui propõe-se denominar gênero profissional invasivo. Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi estabelecer o diálogo entre o acúmulo de tarefas alheias ao ofício e um possível desenvolvimento do gênero profissional, em termos da produção de um gênero profissional invasivo.

Palavras-chave: Acúmulo de tarefas, Técnico em necropsia, Clínica da atividade, Gênero profissional, Gênero profissional invasivo.

Accumulation of unrelated tasks and the emergence of an invasive professional genre

This study addresses the accumulation of tasks in the context of human work activity, based on theoretical operators from the clinic of activity, such as instances of professional practice, style, professional genre, power to act and work well-done. Analysis used empirical material related to narratives of workers participating in research developed in a Division of Postmortem Inspection (SVO), by means of semi-structured interviews and instruction to the double conducted with necropsy technicians. Results showed that the need to perform unrelated tasks made these workers appeal to the professional genre inherent to other jobs and appropriate it, giving rise to an invasive professional genre. Thus, the objective was to establish a dialogue between the accumulation of unrelated tasks and the possible development of a professional genre in terms of an invasive professional genre.

Keywords: Accumulation of tasks, Necropsy technician, Clinic of activity, Professional genre, Invasive professional genre.

1 Oriundo da tese intitulada “O enfrentamento às tarefas alheias ao ofício à luz da clínica da atividade: posicionamentos inconformados, ambíguos e conformados”, de autoria de Joeder da Silva Messias.

2 <http://orcid.org/0000-0001-6065-2930>

3 <https://orcid.org/0000-0002-2798-3727>

4 <https://orcid.org/0000-0001-6629-9306>

Introdução

A distribuição de tarefas no campo da atividade de trabalho humana é um processo que envolve a organização do trabalho, o que enseja um importante debate para abordagens clínicas do trabalho, como a clínica da atividade (Clot, 2001, 2004, 2010a, 2013) e a psicodinâmica do trabalho (Dejours, 1992, 1994). Ademais, tal distribuição está relacionada a temas relevantes da área, como as relações de poder nas instituições e os processos de precarização do trabalho (Aquino, 2020; Druck, 2021; Lima et al., 2012).

Este estudo originou-se a partir de inquietações surgidas durante uma pesquisa realizada com técnicos em necropsia de um Serviço de Verificação de Óbito (SVO) do Nordeste brasileiro, que eram convocados a desempenhar tarefas que originalmente não faziam parte do rol de atribuições recobertas pela função profissional à qual estavam vinculados, e pertenciam às prescrições laborais de outros ofícios e profissionais da instituição (Messias, 2017).

Cabe, desde logo, ressaltar que, do ponto de vista do regramento jurídico, é importante verificar se casos referentes a acumulação e/ou desvio de função no trabalho dizem respeito a iniciativa pública ou privada, pois tais contextos são regidos por ordenamentos jurídicos distintos: o primeiro, pelas regulamentações de direito administrativo; o segundo, pelo direito privado. Para ambas as perspectivas, o desvio de função é entendido como a mudança das atribuições laborais do trabalhador, ou seja, o trabalhador deixa de realizar suas atribuições funcionais anteriormente e consensualmente estabelecidas para desempenhar atribuições relativas a outro cargo.

De acordo com Nantes (2014), no âmbito do direito público estão as categorias de desvio ilegal, quando de modo irregular, e desvio legal de função, quando há previsão legal para que ele ocorra, a exemplo do servidor que ocupa cargo comissionado. Já Meirelles (2016) trata sobre o acúmulo remunerado de cargos, empregos e funções públicos, apontando que a legislação “. . . visa a impedir que um mesmo cidadão passe a ocupar vários lugares ou a exercer várias funções sem que as possa desempenhar proficientemente, embora percebendo integralmente os respectivos vencimentos” (p. 552).

Na perspectiva do direito privado, o acúmulo de funções ocorre quando o empregado realiza tarefas inerentes ao cargo que ocupa somadas às de outro, ou seja, assume simultaneamente mais de uma função. Para a caracterização do acúmulo de funções, é necessário que seja uma decisão unilateral, partindo do empregador, além da característica de continuidade e não eventualidade (Coutinho Filho, 2014; Romar, 2018).

Uma das características do fenômeno estudado nesta pesquisa é que os trabalhadores realizam parcialmente as tarefas funcionais relativas a outras funções. Em alguns casos eles desenvolvem apenas algumas tarefas; em outros, desenvolvem todas as tarefas, mas apenas no período noturno. Isso dificulta o enquadramento nas categorias previstas no ordenamento jurídico, que via de regra aponta que, nos casos de acúmulo ou desvio de função, é necessário identificar a realização integral das tarefas alheias ao ofício. Por esse motivo e pelo fato de o aprofundamento no campo jurídico não ser o foco deste estudo, o fenômeno aqui estudado será referido como “acúmulo de tarefas”.

Nesse sentido, define-se, também, que o acúmulo de tarefas é entendido como parte do processo de precarização do trabalho, que deve ser considerado e situado contextual e historicamente. Vale pontuar que as estratégias de superexploração do trabalho presentes no modelo neoliberal foram difundidas por meio dos modos de organização do trabalho implementados pelas teorias da administração científica, como o taylorismo-fordismo e o toyotismo, resultando em processos de precarização dessa atividade. A flexibilização e a intensificação do trabalho integram esse processo de precarização e têm colocado os trabalhadores em condições crescentes de vulnerabilidade (Aquino, 2020; Druck, 2021; Lima et al., 2012).

Assim, partimos do entendimento do acúmulo de tarefas alheias ao ofício como parte integrante das dinâmicas de superexploração do trabalho, relacionadas em especial ao processo de intensificação laboral, cada vez mais presente e naturalizado nos tempos atuais. Diante do exposto, o objetivo deste estudo é estabelecer o diálogo entre o acúmulo de tarefas alheias ao ofício e um possível desenvolvimento do gênero profissional, em termos da produção de um “gênero profissional invasivo”, buscando sempre se referenciar pelo modo como os trabalhadores expressam seus sentimentos sobre esse processo.

Para isso, inicialmente serão apresentados alguns operadores teóricos considerados centrais, oriundos da perspectiva proposta pela clínica da atividade (Clot, 2001, 2004, 2010b, 2013), como instâncias do ofício, estilo, gênero profissional, poder de agir, trabalho bem feito, entre outros. Na sequência, apresentaremos a seção de aspectos metodológicos para melhor compreensão do processo de construção dos dados utilizado neste estudo. As falas dos técnicos em necropsia irão ilustrar as seções seguintes, contribuindo para ampliar o entendimento de questões como identificação dos técnicos com seu ofício, as sinalizações sobre o gênero profissional e algumas problematizações acerca do que se propõe tratar aqui como gênero profissional invasivo.

Aspectos metodológicos

Os relatos apresentados neste estudo são oriundos de pesquisa de campo desenvolvida com 13 técnicos em necropsia (Messias, 2017), organizada em duas etapas. Na Etapa 1, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, tendo como recurso um roteiro construído com base no que propõe Marín (2011). Houve a adesão da totalidade de trabalhadores da categoria. Na Etapa 2, foram efetuadas entrevistas com base no recurso metodológico instrução ao sócio (IaS) (Clot, 2007, 2010b), realizadas ao longo de três encontros e com a participação de uma dupla de trabalhadores.

No primeiro desses encontros, realizou-se uma entrevista de instrução ao sócio, em que uma dupla de técnicos em necropsia instruiu o pesquisador sobre seu trabalho, como se ele fosse substituí-los durante um plantão. No segundo encontro, houve uma entrevista de autoconfrontação cruzada, apresentando trechos transcritos da entrevista anterior para análise da dupla de trabalhadores. Por fim, no terceiro encontro ocorreu uma entrevista devolutiva, na qual os entrevistados puderam refletir sobre todo o processo de pesquisa realizado. As entrevistas de ambas as etapas foram gravadas e transcritas (Messias, 2017).

As falas dos técnicos em necropsia referentes à Etapa 1 foram identificadas com as iniciais TN e incluídas nas numerações de 1 a 13, definidas em sorteio, indo, portanto, de TN.1 a TN.13. As falas identificadas com a inicial P são referentes ao pesquisador. Na Etapa 2, os relatos da dupla foram identificados como técnico em necropsia – homem (TN.H) e técnico em necropsia – mulher (TN.M). Para facilitar a identificação das falas e dos diálogos, apresenta-se, ao final de cada um, a devida identificação das respectivas etapas e tipos de entrevista.

A referida pesquisa foi submetida a análise prévia do Comitê de Ética em Pesquisa com Sujeitos Humanos (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Recebeu Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 57005016.6.0000.5537, número do parecer de aprovação 1.619.869.

As instâncias do ofício atravessadas pelas tarefas alheias

Para a clínica da atividade, o entendimento de ofício ultrapassa a dimensão do que se conhece por prática, atividade ou profissão. O ofício estaria, então, em constante conflito e atualização,

por meio de uma dinâmica psíquica e social de criação e recriação (Clot, 2013), que envolve quatro instâncias: impessoal, pessoal, interpessoal e transpessoal (Clot, 2010b, 2013, 2014a; Clot & Faïta, 2000). Essas instâncias do ofício se conectam à compreensão de outros operadores teóricos da clínica da atividade.

A instância “impessoal” diz respeito à esfera das prescrições do trabalho – são as regras que integram o processo de normatização, da referência formal e cristalizada. A prescrição é uma das bases do ofício e é, portanto, indispensável. No entanto, a cristalização não implica em imutabilidade, uma vez que “o trabalho coletivo de reorganização da tarefa assegura ou não a ‘manutenção’ do gênero” (Clot, 2013, p. 6). Logo, o trabalho prescrito pode ser alterado e atualizado pelo coletivo ou por mudanças sociais que produzem a reconfiguração da norma (Clot, 2010b, 2013). Vale ressaltar que uma clínica da atividade de trabalho deve ter no horizonte o entendimento de que o trabalho é transformado por meio das tarefas, produzindo assim a prescrição da organização do trabalho (Clot, 2004).

No âmbito das instâncias “pessoal” e “interpessoal”, há os afetos e as mobilizações internas dos sujeitos, remetentes ao modo como a pessoa realiza seu trabalho, que sempre apresenta destinatário. Na dimensão pessoal, é o diálogo do sujeito em relação à sua própria trajetória, com os conhecimentos de que dispõe para a realização do trabalho. Na instância interpessoal, nos referimos ao diálogo do sujeito com aqueles com quem estabelece interlocuções, que possibilitam o acesso ao ofício e o desenvolvimento do trabalhador, do grupo e do gênero profissional (Clot, 2010b, 2013).

Na instância “transpessoal”, chega-se a um patamar mais complexo que os anteriores, notadamente em termos de memória profissional, que atravessa e referencia cada trabalhador e o coletivo de trabalho. Tal instância alude ao fazer-profissional dos trabalhadores de cada ofício, cuja dinâmica se traduz no gênero profissional, o qual extrapola a circunscrição espaço-temporal, atravessa gerações e tem dimensão histórica, atemporal e não escrita (Clot, 2010b, 2013, 2014a; Clot & Faïta, 2000).

Todas essas instâncias atuam sobre os trabalhadores e produzem neles um diálogo interno que possibilita que se apropriem do ofício, no sentido de torná-lo próprio, gerar pertencimento e integração. Assim, é a partir do diálogo interno consigo, seus pares e a história do ofício que o sujeito desenvolve modos de fazer que se ajustam à realidade, atravessados pelos conflitos do real, produzindo a “estilização” do trabalho (Clot, 2010b, 2013).

O estilo individual surge em função do gênero disponível não contemplar as demandas do real. Trata-se de um movimento que pode contribuir para alimentar o “gênero profissional”, promovendo sua transformação e desenvolvimento (Clot & Faïta, 2000). Entendemos que cada instância do ofício é constituída por uma historicidade e múltiplos atravessamentos, estando interconectadas e em conflito, produzindo mobilizações mútuas e mantendo a vida do ofício por meio dos trabalhadores.

Cabe observar que essas quatro instâncias do ofício foram pensadas a partir de uma perspectiva segundo a qual os trabalhadores realizam as tarefas que são compatíveis com a função/cargo que ocupam. Nesse caso, elas são atravessadas por conflitos, que surgem com potencial de fazer o gênero profissional “respirar” e o ofício se desenvolver. A partir do momento em que os trabalhadores são convocados a realizar tarefas alheias ao ofício, passam a se deparar com conflitos de outra dimensão, que envolvem decidir sobre a realização de tarefas que não reconhecem como parte do trabalho que lhes foi prescrito.

Para ilustrar o exposto, informamos brevemente que, a partir dos dados da pesquisa com técnicos em necropsia, identificamos diferentes modos de enfrentamento e posicionamentos desses trabalhadores que foram convocados a realizar tarefas alheias ao ofício (Messias, 2017). Houve situações, que denominamos “posicionamentos inconformados”, em que os trabalhadores se mobilizaram e se recusaram a realizá-las. Em outras, eles realizaram tais tarefas, apresentando sentimento dúbio de incômodo e satisfação, aqui denominados “posicionamentos ambíguos”.

Finalmente, houve os “posicionamentos conformados”, referentes àquelas situações em que os trabalhadores se apropriaram de tal modo das referidas tarefas que chegavam a reconhecê-las, em alguns momentos, como inerentes a seu ofício.

Nas situações que apresentavam posicionamentos ambíguos e conformados, houve um processo de apropriação dos técnicos em necropsia, que passaram a realizar as referidas tarefas. Desse modo, a inclusão e adesão – mesmo quando contrariada – do trabalho prescrito para outra função, instância impessoal, na rotina laboral desses trabalhadores levou-os a operar também as demais dimensões: pessoal, impessoal e transpessoal. Os dados analisados mais adiante permitem propor que, ao aderir e realizar tarefas alheias ao que havia sido anteriormente estabelecido, os trabalhadores inseriram essas tarefas no processo dinâmico que constitui as instâncias do ofício.

O processo criador do gênero profissional

O gênero profissional (Caroly & Clot, 2004; Clot, 2002, 2007, 2010b, 2014a; Clot & Faïta, 2000) é um conceito central para a clínica da atividade, partindo da proposição de gênero textual, oriundo da produção intelectual do grupo liderado por Mikhail Bakhtin, filósofo russo referência nos estudos sobre a atividade linguageira. Em termos gerais, a proposição da clínica da atividade sobre gênero profissional enfatiza a importância, como referência para a atividade do indivíduo-trabalhador, de regras transpessoais, abertas e não escritas. Nesse sentido, o gênero profissional atravessa gerações sem apresentar proprietários, modifica os modos de agir dos trabalhadores e é também por eles modificado (Caroly & Clot, 2004; Clot, 2014a).

É interessante chamar a atenção para algumas expressões metafóricas que Clot utiliza para tratar do gênero profissional, que podem contribuir para seu entendimento. No decorrer de sua obra, o autor se refere ao conceito como alma da atividade (Clot, 2000), vozes do ofício (Clot, 2002), diapasão do trabalho (Clot, 2010b, 2014a), rascunho social das relações dos homens entre si para agir sobre o mundo (Clot, 2007). O conceito é também figurativamente apresentado como senha (Clot, 2000, 2002, 2010b), palavra-passe ou atalho (Clot, 2014a) compartilhados por integrantes de um ofício, pessoas que compartilham um mesmo horizonte social e profissional.

Os trabalhadores são providos de memórias compartilhadas, conceituações pragmáticas, ações e verbalizações que operam por meio do gênero profissional para o exercício do ofício de cada um desses trabalhadores, bem como seus respectivos coletivos (Clot & Faïta, 2000). O gênero profissional passa a fazer parte do sujeito-trabalhador com que interage, constituindo-se como um repertório de possibilidades de agir que são anteriores à ação individual, no nível de uma pré-atividade. Portanto, ele organiza previamente as operações e as condutas em contexto de trabalho (Clot & Faïta, 2000; Clot, 2014a).

Consideramos também que o gênero profissional se constitui vinculado ao tempo e ao ambiente, permanecendo aberto ao novo, em constante dinâmica de troca entre as pessoas, recriação e atualização (Clot, 2002). Clot chama atenção para o modo tácito pelo qual ele opera, sempre vinculado a um contexto social. Em suma, o gênero profissional opera como um mediador sociocultural fundado sobre atitudes, regras, crenças e avaliações comuns, partilhado em grau variável pelos trabalhadores (Clot, 2002, 2014a).

Vale pontuar que existe uma função psicológica nesse processo de referenciamento, promovido pelo gênero profissional, que organiza e norteia as obrigações e tarefas do cotidiano laboral. Se tal referenciamento não cumprir essa função psicológica, seria necessário investir energia para criar e recriar as atividades cada vez que uma ação demande, o que tornaria o trabalho psicologicamente dispendioso, ou mesmo impossível (Clot & Faïta, 2000).

Assim, o gênero profissional é entendido como um acervo simbólico de regras e princípios compartilhados que possibilitam que o trabalho seja realizável, contribuindo para superar as adversidades impostas pelo real e as limitações presentes no prescrito (Clot, 2000, 2010b). No entanto, como alerta Clot (2007), é importante estar atento para não reduzir o gênero profissional à condição de norma e entender sua dinamicidade, pois “. . . é preciso vê-lo mais como um repertório social de **atividades disponíveis** [ênfase adicionada] do que como um conjunto de conhecimentos” (p. 109). O poder de agir (Clot, 2010b) encontra relação com as características de dinamicidade e abertura do gênero profissional, de modo a possibilitar o desenvolvimento mútuo do trabalho e do trabalhador. Nesse sentido, a clínica da atividade tem como norteador “não cuidar das pessoas, mas cuidar do trabalho” (Clot, 2010a, p. 222). Clot observa, ainda, que a expressão “cuidar do trabalho”, em língua francesa, tem um duplo sentido: “transformar o trabalho” e também “fazer um bom trabalho”. Nessa ordem de ideias, ele chama a atenção para o fato de que “. . . a qualidade do trabalho bem feito . . . é uma fonte de saúde” (Clot, 2010a, p. 222).

Quando o gênero profissional encontra espaço para se desenvolver, é sinal de que o trabalho viabiliza a ampliação do poder de agir dos trabalhadores. Tal processo propicia que os trabalhadores expressem suas singularidades nos modos de fazer o trabalho, abrindo espaço para a estilização e a possível renovação do gênero profissional. Esse movimento dialético, conforme Clot (2010b), possibilita ao trabalhador transformar o trabalho e se transformar a partir deste, abrindo espaço para a realização do trabalho bem feito e a promoção da saúde.

Vozes que reivindicam o ofício e expressam o gênero profissional

Os operadores teóricos da clínica da atividade apresentados até aqui são a base para fundamentar a ampliação do entendimento do fenômeno que emerge nos relatos dos técnicos em necropsia submetidos a tarefas alheias ao respectivo ofício. É importante destacar que, no SVO em que eles trabalhavam, deveria existir uma equipe diurna e outra noturna, com profissionais responsáveis por outras funções, como médico patologista, assistente social e recepcionista. Contudo, apenas os técnicos em necropsia trabalhavam no período noturno e, devido a isso, realizavam algumas tarefas que deveriam ser executadas pelos demais profissionais mencionados.

Assim, os técnicos em necropsia atuavam à noite na instituição, acompanhados apenas do vigilante e ocasionalmente de um outro colega de profissão, quando havia uma dupla no plantão. Por isso, eles assumiram as responsabilidades que deveriam ser executadas por outros profissionais da equipe, conforme relato:

. . . aqui, eu brinco muito com os meninos que aqui à noite a gente é pai de santo, é necrotomista, é patologista, é direção, é copeiro, é psicólogo . . . Então a gente é tudo em um só, é multiuso (TN.10)
(**Etapa 1:** Entrevista semiestruturada).

Cabe informar que, embora os trabalhadores expressem de forma mais contundente que se responsabilizavam por tarefas alheias ao ofício no período noturno, dadas as condições envolvidas na organização do trabalho, esse processo de acúmulo de tarefas ocorria também no período diurno.

Os trabalhadores expressaram recorrentemente em suas falas a demarcação das tarefas e espaços que dizem respeito ao exercício de sua função de técnico em necropsia, bem como a sinalização de que é nessas tarefas e espaços que eles se identificam como trabalhadores, e reafirmaram seus papéis na instituição em que trabalham. Seguem exemplos de identificação dos técnicos de necropsia com as tarefas que consideram inerentes ao ofício (os trechos destacados sinalizam pontos de especial interesse):

E elas [as recepcionistas] dizem assim: “Eu trabalho só aqui, só entregando o coisa [sic] e já acho que era pra mim **insalubridade ser grau máximo** e tudo. Quanto mais vocês que trabalham aí. Pra trabalhar aí tem que ser grau máximo e ainda ter uma gratificação”. Bem, mas eu não trocaria a profissão lá pra ser atendente, mesmo que não tivesse nenhuma contaminação (TN.3).

Por que não trocaria? (P).

Porque eu gosto do que eu faço (TN.3) (Etapa 1: Entrevista semiestruturada.).

. . . A parte de **exames** é a parte que eu me **relaxo mais**. Às vezes, aqui é um pouco tumultuado. Às vezes a gente vem com problemas de fora. Então ali é um momento que eu tô pra fazer **meu serviço**, então eu acabo esquecendo do resto. Então eu acho prazeroso, de certa forma (risos) (TN.6) (Etapa 1: Entrevista semiestruturada).

. . . às vezes eu chego a dizer: “Pra mim, o **melhor ambiente de trabalho** dentro do trabalho é realmente na **sala de necropsia**, quando a gente tá lá” (TN.9) (Etapa 1: Entrevista semiestruturada).

O primeiro ponto interessante a se considerar e analisar nesses relatos é que a sala de necropsia é o ambiente mais insalubre do SVO, pois é nele que são realizados os exames de necropsia, além de apresentar maiores riscos de acidentes e contaminações. No entanto, embora o ambiente apresente os maiores riscos físicos e biológicos, é considerado por TN.3 e TN.9 como o melhor ambiente de serviço.

TN.6 destacou que há um clima de tumulto na instituição, informação presente também em relatos de outros trabalhadores. Além disso, foi possível observar e confirmar essa afirmação durante a pesquisa de campo, pois o ambiente de trabalho frequentemente apresentava conflitos. A maioria envolvia as dificuldades de relação com a direção do SVO, que os técnicos em necropsia consideravam autoritária, mas havia também conflitos com o público externo. Nesse sentido, os conflitos institucionais podem proporcionar um desgaste emocional aos trabalhadores, de modo que eles se sentem mais seguros na sala de necropsia que em outros ambientes do SVO. Quando TN.6 usou a expressão “meu serviço” para se referir ao exame de necropsia, convocou seu papel profissional para delimitar o que pertence a seu ofício.

Outra informação interessante no relato de TN.6 é o fato de afirmar que, quando está realizando o seu trabalho na sala de necropsia, acaba esquecendo dos “problemas de fora”, ou seja, das questões externas ao campo profissional. Isso evidencia o elevado nível de concentração envolvido na realização dos exames de necropsia, que foi frequentemente citado nos relatos dos trabalhadores entrevistados. Eles destacaram que esse é um trabalho técnico e de procedimentos padronizados, que acaba se tornando “automático”. Nesse espaço, o cadáver e seus órgãos são estudados, analisados e investigados com o devido olhar científico, como peças anatômicas.

Além disso, há a importância do trabalho que esses profissionais realizam para a elucidação da causa da morte. Essas informações produzem tanto um impacto social mais amplo, no âmbito epidemiológico, como também em uma perspectiva micro, pois o acesso dos familiares a tais informações pode auxiliar na elaboração do luto e nos cuidados de doenças com prevalência genética, quando for o caso.

Abordamos, no último bloco de relatos, a identificação dos técnicos em necropsia com o espaço de trabalho e, conseqüentemente, suas tarefas. Dando continuidade ao debate sobre a identificação com o ofício, apresentamos outros trechos das entrevistas desses mesmos técnicos em necropsia, TN.6 e TN.9, expressando como se sentem ao realizar tarefas alheias ao ofício, em contraste com as tarefas pertencentes ao ofício.

Mais fácil, eu acho que é o **atendimento à família**, por exemplo, na noite. Apesar de não ser função da gente. Né? Tem muita coisa que a gente faz que a gente não, que não é nossa função (TN.6).

O que, por exemplo, que você faz e que não é sua função? (P).

Atendimento de, de família na recepção à noite. Né? Entrega de **documento**, como declaração de óbito. **Isso não é função nossa**, mas é uma coisa que já estava estabelecida mesmo antes da gente chegar (TN.6) (**Etapa 1: Entrevista semiestruturada**).

. . . pra mim, uma grande **dificuldade** que eu tenho é trabalhar com o **familiar**, trabalhar com **documentação**. . . Eu **prefiro** mil vezes fazer um, a **necropsia mais elaborada** que tiver, com tudo que se necessitar, do que tá me responsabilizando por documentação (TN.9) (**Etapa 1: Entrevista semiestruturada**).

Em seu relato, TN.6 falou sobre a responsabilidade de entregar os atestados de óbito aos usuários do serviço durante o plantão noturno. Além disso, os trabalhadores também recolhem documentações para entregar à assistente social no início da jornada diurna. TN.6 afirmou que considera mais fáceis as tarefas envolvendo as documentações e o atendimento aos usuários do serviço. Contudo, fez questão de pontuar que são tarefas alheias a seu ofício, e que só as realiza porque, quando ingressou no SVO, já havia essa organização do trabalho e o acúmulo de tarefas já estava instituído. Isso sinaliza que o “mais fácil” não significa que essa seja uma atividade que a trabalhadora realiza com satisfação, pois fica evidente que só aderiu a essas tarefas porque não encontrou uma maneira de se opor.

Vigora, entre os técnicos em necropsia entrevistados, a identificação com próprio ofício e a defesa do exercício do seu papel profissional. Isso fica evidenciado no relato de TN.9, quando afirmou que prefere fazer o mais completo e trabalhoso exame de necropsia do que assumir a tarefa de lidar com as documentações dos usuários do SVO. Essa comparação envolve a já mencionada diferença de risco nos diferentes ambientes de trabalho da instituição. Além disso, cabe observar as diferentes demandas de força física e concentração entre as atribuições usadas para comparação, o que revela que, para esse trabalhador, é preferível enfrentar as tarefas mais complexas e exaustivas do próprio ofício do que realizar tarefas alheias a ele, mesmo que sejam menos complexas, menos extenuantes fisicamente e mais seguras quanto aos riscos de contaminação.

Os relatos aqui apresentados revelam a luta dos técnicos em necropsia para a preservação de seu ofício por meio da divisão das tarefas, o que se conecta com o debate sobre a função psicológica do trabalho. Afinal, de acordo com a clínica da atividade, “o trabalho deserta da sua função psicológica para os sujeitos quando o ofício se perde – ou não é mais buscado –, quando ele se confunde com a execução de procedimentos, não importando se são úteis” (Clot, 2001, p. 5). O entendimento apresentado neste estudo sobre a função psicológica do trabalho ajuda a perceber como as tarefas alheias ao ofício se tornam invasivas, podendo colocar o ofício de técnico em necropsia e seus representantes em condição de vulnerabilidade.

A função psicológica do trabalho envolve também o poder de agir, que tem relação direta com a promoção da saúde do trabalhador (Clot, 2007). Os relatos apresentados a seguir ajudam a ampliar a compreensão sobre como os técnicos em necropsia se identificam com o seu papel profissional:

Com relação à **documentação**, acredito que **não é nossa obrigação**. Porém, se tiver, ajuda, assim, quanto a tirar dúvidas, por exemplo. Quando falece alguma pessoa conhecida minha e o povo pergunta: “Ah, precisa de quê?”. Isso vai me ajudar, assim, a ajudar outras pessoas, tirar as dúvidas de outras pessoas. **Aqui a gente aprendeu por obrigação**, mas se souber talvez seja, É bom. Né? Tipo, **quanto mais você souber do seu trabalho, eu acho que acrescenta**. Tudo que eu souber e que for ajudar as outras pessoas eu acho que é válido (TN.M).

Pra **provar** que é o **bom necrotomista**, como a pergunta foi essa, é, é **na sala, auxiliando o médico**. Esses outros intervalos não vão provar. Então. Fazer pode ser uma boa pessoa. Provar como uma boa pessoa, um bom funcionário, mas um bom necrotomista, eu provo na sala auxiliando o médico (TN.H).

Isso, porque **nossa função** é, é ser **técnico em necropsia**, não técnico em atendimento (TN.M) (**Etapa 2**: segundo encontro de IaS).

Eu fico **satisfeito** quando eu tô na sala [de necropsia] porque eu tô fazendo o que eu gosto, eu tô **exercendo a minha função** (TN.10) (**Etapa 1**: Entrevista semiestruturada).

Nesses relatos, também há demarcação por parte dos técnicos em relação às tarefas que pertencem ou não a sua função. TN.M falou sobre as orientações aos usuários do serviço acerca das documentações necessárias para procederem com o atendimento, demarcando que essas tarefas não deveriam ser de sua responsabilidade e que é obrigada a realizá-las. O exercício do poder autoritário nas relações institucionais do SVO está bem presente, e esse é apenas um dos vários relatos que sinalizam esse tipo de postura por parte da direção, no sentido de fazer com que os técnicos em necropsia realizem tarefas alheias ao ofício. TN.M considera positivo ter aprendido atribuições de outros cargos, pois esses conhecimentos a possibilitam ajudar pessoas da sua rede social, além dos próprios usuários do serviço. No entanto, faz questão de destacar que esse aprendizado foi involuntário, decorrente de responsabilidades inerentes a outros cargos, que se via obrigada a assumir.

No diálogo, TN.H comentou a respeito das tarefas alheias ao ofício que TN.M havia aludido, se referindo a elas como o que se faz nos “intervalos”. Disse ainda que isso prova, no máximo, que aquele trabalhador que a realiza é “uma boa pessoa” ou “um bom funcionário”, por fazer o que está sendo requisitado pela direção. Com isso, ele buscou diferenciar qual seu papel enquanto técnico em necropsia. É possível observar também que, na perspectiva apresentada, ser um “bom funcionário” implica fazer o que lhe requisitam, mesmo que isso envolva realizar tarefas alheias ao ofício.

Podemos dizer que TN.H convocou o gênero profissional quando frisou que a qualidade profissional do técnico em necropsia, reconhecido pelos pares, é provada auxiliando o médico patologista, na sala de necropsia, não em outros espaços do SVO. Quando TN.H demarcou um parâmetro para provar ser “bom necrotomista”, apresentou uma fala endereçada principalmente a seus pares, que sabem o que está em jogo quando se diz que alguém representa bem o ofício. É possível perceber que há muito conteúdo presente na referida expressão: ela remete diretamente ao gênero profissional do técnico em necropsia, com sua dimensão histórica, não escrita e atemporal, processo que oferece suporte para os profissionais realizarem um trabalho bem feito. Nos relatos a seguir, podemos observar a expressão do quão importante a dimensão da experiência no ofício é para os trabalhadores:

. . . . Aí você tá aqui fazendo a necropsia, aí o camarada às vezes, tem um **novato** que chegou e tudo Aí eu tô abrindo um corpo aqui com um bisturi, que onde pegar, só encostou, corta. Aí **tô abrindo um corpo**, já teve contato com sangue porque cortou ele. Aí o **camarada disse**: “É alguma coisa aí”. **Me distraiu**, eu fui dar atenção a ele estando fazendo. Não! **Termino de fazer, paro**: “O que é?”. Isso aí com o dia a dia **você vai aprendendo**. Então são as pequenas coisas que você tem que ter **maturidade** pra não poder, não se acidentar (TN.3) (**Etapa 1**: Entrevista semiestruturada).

. . . eu não me sinto totalmente seguro (TN.11).

Por quê? (P).

Por quê? Porque você trabalha... o **trabalho da gente nunca é solitário**, é um trabalho sempre com outros colegas. Então, você, eu sempre tenho que tomar esse cuidado, e eu acho que todo técnico em necropsia, não só nos **seus movimentos**, mas no **movimento do colega**. É como você dirigir. Não tem uma direção defensiva? A mesma coisa é o trabalho. Você, um colega seu **desatento** e você do lado, ele num movimento brusco, ele pode lhe cortar ou com um bisturi ou lhe furar com uma faca ou com uma agulha. Então, você **tem que tá de olho** nos seus movimentos e no movimento do seu companheiro (TN.11) (**Etapa 1: Entrevista semiestruturada**).

TN.3 e TN.11 destacaram que trabalham em um ambiente com elevados riscos de contaminação, e expressaram a importância de estar atento aos movimentos dos colegas para prevenir acidentes. Seus relatos também permitem estabelecer diálogo com o operador teórico gênero profissional. De acordo com a clínica da atividade, o gênero profissional “entra na carne” dos profissionais e realiza um processo de pré-organização das operações e da conduta (Clot, 2002, 2010b, 2014a).

Em consonância com essas ideias, Ruelland-Roger (2013) indica os suportes possibilitados pelo gênero profissional, que contribuem para as tomadas de decisão dos trabalhadores em relação ao que fazer, refazer ou evitar fazer. Nesse sentido, para Clot (2010b), o gênero profissional oferece subsídios acerca de como agir ou abster-se de agir em situações precisas, conforme pode-se observar nos relatos já destacados.

Cabe pontuar que tanto TN.3 quanto TN.11 sinalizaram que, para realizar seu trabalho, precisam mobilizar fatores que envolvem o foco na audição, a observação visual, a capacidade de concentração nos procedimentos e os movimentos corporais durante o trabalho, tanto seus quanto dos colegas. Todas essas questões contribuem para que se alcance um trabalho bem feito, o que envolve não apenas o objetivo final de apoiar o médico patologista na identificação da causa da morte do cadáver, como também se proteger de acidentes.

É importante lembrar, ainda, que o gênero profissional se constitui como a parte subentendida da atividade (Clot, 2000, 2002, 2010b, 2014a), que envolve uma comunidade de avaliações pressupostas (Clot, 2002, 2014a) e uma espécie de estoque de ações (Clot, 2000), e que, para o trabalhador ter acesso a elas, precisa ter experiência consolidada no ofício. A fala de TN.3 demarca essa questão ao apontar que as atitudes protetivas realizadas durante o trabalho para evitar acidentes têm origem em uma vivência conquistada no cotidiano laboral, proporcionada pela “maturidade”, entendida como experiência no ofício. TN.3 exemplificou a situação quando citou o caso de uma intervenção inapropriada de um colega inexperiente, que poderia tirar sua atenção e causar um acidente, caso ele não dispusesse do repertório social de atividades disponíveis para lidar com esse tipo de situação imprevisível.

Problematizações do gênero profissional invasivo

Ao colocar em diálogo os operadores teóricos da clínica da atividade com o acúmulo de tarefas e seus desdobramentos para o trabalho, percebem-se sutilezas que nos motivaram a expandir o escopo em termos do operador teórico “gênero profissional”. Foi preciso ampliar a compreensão acerca do referenciamento pelo gênero profissional em situações em que os trabalhadores realizavam tarefas alheias a seu ofício e passavam a se referenciar por instâncias de gênero profissional inerentes a outros ofícios que compõem o quadro funcional da instituição.

Na psicologia, há o entendimento de que os operadores teóricos cumprem o papel de nos habilitar quanto à leitura e compreensão de fenômenos, de forma a se estabelecerem as devidas

unidades de análise. Além disso, tais operadores são dinâmicos e passíveis de desenvolvimento, diante do inesperado que emerge da realidade observada.

O operador teórico gênero profissional surgiu a partir do conceito de gênero do discurso e gênero textual, proposto pelo Círculo de Bakhtin. Portanto, é uma transposição de um conceito do campo da linguagem para a psicologia do trabalho. Além disso, a compreensão de elementos que caracterizam o conceito de gênero profissional passou por ajustes na obra de Clot. Em obras mais antigas, o autor considerava o gênero como um “sistema aberto das regras impessoais (...)” (Clot, 2007, p. 50), ao passo que, em obras mais contemporâneas, passou a defender que “gênero profissional da atividade é transpessoal” (Clot, 2014a, p. 95), alterando assim seu posicionamento no âmbito das instâncias do ofício.

Nesse sentido, ao lançar luz sobre o acúmulo de tarefas que podem ser consideradas alheias ao ofício, foram evidenciados alguns processos que envolvem a necessidade de revisão acerca do que é próprio ou alheio ao ofício. Observamos, também, que ao realizar tarefas inerentes a outras funções, os técnicos em necropsia passaram a constituir uma memória prenunciativa (Clot, 2014a) pela qual organizam previamente as ações, operações e condutas (Clot, 2002, 2010b). Tal processo visa oferecer suporte aos trabalhadores para que lidem com os “imprevisíveis do real” (Clot, 2010b, p. 123).

Cabe lembrar que a inserção das tarefas alheias ao ofício no cotidiano laboral é um ponto de conflito para os técnicos em necropsia. Eles afirmam constantemente que têm consciência de que estão submetidos a um processo de acumulação de tarefas, especialmente durante o plantão noturno:

. . . no caso aí era pra ter uma, uma pessoa só pra isso, mas a gente acumula funções. Então a gente também é, a gente tem que lidar com o público (TN.8) (**Etapa 1:** Entrevista semiestruturada).

Além disso, o trabalho que os técnicos realizam na recepção, no qual lidam com relatos dos enlutados, produz neles sentimentos de estranhamento e sofrimento, como expressou TN.11:

Eu acho que aquilo dali é bastante penoso. Eu uma, eu aqui de plantão já presenciei uma moça que entregou o pai, que no outro dia seria o casamento dela (TN.11) (**Etapa 1:** Entrevista semiestruturada).

TN.11 usou o termo “penoso” para expressar como se sente ao lidar com as histórias contadas pelos usuários do SVO durante as entrevistas que realiza no plantão noturno. Considerando que esses trabalhadores têm o conhecimento que deveria haver uma equipe no trabalho noturno, pode-se supor que TN.11 estaria atribuindo o adjetivo “penoso”, mesmo que indiretamente, à sobrecarga de trabalho envolvendo as tarefas alheias ao ofício.

É importante destacar que o processo de apropriação do ofício permite que os técnicos em necropsia consigam realizar o exame de necropsia de forma “automatizada”, como afirmou TN.10:

. . . é uma coisa tão automática que você já tá. Sabe que vai entrar na sala pra fazer a incisão, pra buscar a causa [da morte], pra fazer a sutura, mas você não tem aquela ligação (TN.10) (**Etapa 1:** Entrevista semiestruturada).

Via de regra, o processo de apropriação do ofício possibilita que esses trabalhadores encarem o cadáver como uma peça anatômica. Desse modo, quanto menor o contato com a biografia da pessoa morta, maior a condição de manter o distanciamento ideal para a realização do trabalho.

Nesse sentido, um dos pactos estabelecidos entre os técnicos em necropsia determinava que, se chegasse ao serviço o cadáver de alguém com quem qualquer um deles tivesse vínculo afetivo, dever-se-ia alocar um colega plantonista sem tal vínculo para a realização do exame de necropsia.

Essa prática existia para evitar, entre outras coisas, que o trabalhador ficasse mais vulnerável a acidentes em virtude do abalo emocional da perda.

Considerando o exposto, é possível perceber que a sobrecarga emocional envolvendo o atendimento aos usuários do SVO tem potencial para impactar a relação desses trabalhadores com o próprio ofício, uma vez que esse contato faz com que o técnico em necropsia tenha acesso, antes da realização do exame de necropsia, à história de vida do cadáver e ao sofrimento do usuário do serviço. Isso tende a comprometer o ideal de distanciamento afetivo preconizado para a realização do exame de necropsia.

Outro fator importante a considerar sobre o contato dos técnicos com os usuários do serviço é que costuma haver resistência para autorizar a realização do exame de necropsia, na tentativa de “preservar o cadáver” das incisões inerentes ao procedimento. Lidar com esse tipo de conflito durante o atendimento aos familiares pode impactar na realização do exame de necropsia, no sentido de o técnico ter um cuidado adicional com o cadáver durante os procedimentos. Portanto, uma tarefa alheia a seu ofício pode afetar o desenvolvimento de tarefas próprias ao ofício.

Considerando a dinâmica que envolve a escolha de tarefas a se realizar, que culmina na atividade, entra em campo tanto o que se faz quanto o que deixou de ser feito. “Aquilo que não é realizado, quer ele queira ou não, faz parte da atividade. Não só as atividades impedidas, mas também as atividades realizáveis, não só o impossível, mas também o possível” (Clot, 2014b, p. 129). Neste estudo, podemos observar que os desdobramentos decorrentes da realização de tarefas alheias ao ofício podem potencializar ainda mais o movimento conflitivo do real da atividade.

Cabe destacar que um elemento central que envolve vários pontos apresentados até aqui é o investimento em cuidado que os técnicos em necropsia dedicam aos usuários do SVO. Há uma busca constante por tentar oferecer algum suporte aos enlutados, o que contribui para que eles adiram em alguma medida às tarefas alheias ao ofício, como o atendimento aos usuários do serviço. Os relatos a seguir ilustram a importância desse processo de cuidado para os técnicos e as estratégias desenvolvidas para colocá-lo em prática:

A gente fica **satisfeito** quando a **família** é, é **bem atendida** e é, o corpo é liberado com, com rapidez. . . . o bem maior que a gente tem aqui é, é atender a população (TN.8) (**Etapa 1:** Entrevista semiestruturada).

Então **a gente procura** sempre **amenizar** quando a pessoa tá, tá abalada com relação a isso, pelo fato de imaginar como vai ficar o parente lá na mesa e tal. **Aí a gente compara** com uma **cirurgia**: “Se fosse fazer uma cirurgia cardíaca, não iria abrir? Não iria colocar uma ponte de safena? Não iria colocar um marca-passo? Aqui nada é diferente. A gente vai olhar o coração dele pra saber o que foi que aconteceu. Olhar os pulmões, se tem alguma inflamação”. Então, é, tenta falar de uma forma mais, mais sutil, mais leve possível (TN.9) (**Etapa 1:** Entrevista semiestruturada).

Nos relatos destacados, é possível perceber alguns pontos do que os profissionais consideram como bom atendimento aos usuários do serviço. Entre eles, está a realização de um atendimento que acolha adequadamente os familiares e que libere o cadáver o mais breve possível, para que a família possa realizar os ritos fúnebres. Diante das demandas e angústias dos familiares, por vezes os trabalhadores acabam buscando realizar um exame de necropsia com mais agilidade e com um cuidado adicional, para que as marcas no cadáver sejam o menos perceptível possível.

Cabe pontuar que os gestos de cuidado são triplamente dirigidos: cuidado para não se acidentar ou contaminar, cuidado com as incisões realizadas no cadáver para sejam o menos invasivo possível e cuidado com o processo de luto e os sentimentos dos familiares. Essa equação de cuidados apresenta elementos que podem colocar a saúde do trabalhador em risco, pois ao tentar agilizar a conclusão do exame de necropsia ou ser mais detalhista na realização dos

procedimentos, o técnico pode comprometer o cuidado com a própria segurança, ficando mais vulnerável a se acidentar.

Os atendimentos aos familiares paradoxalmente diminuem e ampliam o poder de agir dos técnicos em necropsia. Na perspectiva da ampliação, é possível perceber que eles conseguem ter acesso imediato ao resultado do seu trabalho quando percebem que sua intervenção contribuiu para amenizar o sofrimento do usuário do serviço. A isso se vincula também o reconhecimento do trabalho realizado que os familiares costumam demonstrar ao expressar gratidão, a percepção da relevância de seu trabalho e a possibilidade de sair do trabalho automatizado e repetitivo do exame de necropsia, pontos que encontram ligação com o entendimento de Clot (2007) sobre a função psicológica do trabalho.

Do ponto de vista da diminuição do poder de agir dos trabalhadores, podemos considerar como aspectos maiores os desgastes físicos e mentais, como o sentimento de inadequação e injustiça por estarem realizando tarefas que não reconhecem como inerentes a seu ofício e que deveriam ser realizadas por outros trabalhadores do SVO. Todas essas questões colocam os técnicos em necropsia em uma zona de maior vulnerabilidade à possibilidade de se acidentarem ou contaminarem. Em suma, estamos diante de um contexto que apresenta fatores positivos e negativos para os trabalhadores. No próximo relato, TN.10 abordou dificuldades envolvendo o atendimento aos familiares e seu processo de desenvolvimento para conseguir realizar o que considera um trabalho bem feito:

Eu tinha que **perceber antes** que a, se a **pessoa vinha com raiva ou não**, pra eu tentar ficar mais calmo. E se a pessoa tá vindo triste, eu tentar ficar ativa pra tentar consolar aquela pessoa. Então foi **depois de um ano** foi que eu comecei a, a juntar o quebra-cabeça e isso até hoje **me beneficia**. Eu saio daqui, eu saio realizado, eu saio com o **trabalho feito** (TN.10) (**Etapa 1: Entrevista semiestruturada**).

Nesse relato, podemos identificar os conflitos subjetivos ligados à realização de tarefas alheias ao ofício. TN.10 afirmou que passou a observar o modo como chegavam os usuários do serviço para que, a partir do que percebesse sobre o estado emocional deles, pudesse mobilizar seu próprio estado emocional, “tentando ficar mais calmo”, e assim balizar suas condutas. Todo esse processo se encontra no horizonte de uma memória corporal (Clot, 2002), um repertório dos atos convencionados ou deslocados (Clot, 2010b), composto por regras de vida e de profissão (Caroly & Clot, 2004), que visam à economia da ação (Clot, 2000, 2010b). Portanto, tal processo está ligado ao saber-fazer dos trabalhadores.

Quando TN.10 afirmou que levou aproximadamente um ano para começar a entender qual a maneira mais assertiva de realizar o atendimento do usuário do serviço e que foi beneficiado quando conseguiu “juntar o quebra-cabeça”, sinalizou que esse saber-fazer não estava escrito em nenhum lugar, não houve um ensinamento formal que pudesse ajudá-lo a aprender a fazer. No entanto, ele necessitou entender essas regras não escritas, das quais falam Caroly e Clot (2004), para conseguir lidar com a situação e realizar de modo satisfatório as tarefas que deveriam ser assumidas por outros trabalhadores da instituição. Vale observar que TN.10 acabou desenvolvendo o domínio das tarefas alheias ao ofício de tal modo que chegou a expressar que elas contribuem para se sentir realizado ao final da jornada de trabalho, relacionando-as também ao sentimento de “trabalho bem feito” (Clot, 2001, 2010a, 2013).

A partir do momento em que os técnicos em necropsia aderiram às tarefas que envolvem o atendimento aos usuários do serviço, passaram a se relacionar com a atividade prescrita das recepcionistas e assistentes sociais, ou seja, com a instância impessoal do ofício. Cabe pontuar que os técnicos em necropsia atendem os usuários do serviço na presença de outros colegas: ocasionalmente, cumprem plantão noturno em dupla, e por vezes, quando as recepcionistas chegam na instituição, eles estão realizando um atendimento. Eles trabalham também na presença dos vigilantes que atuam na instituição em regime de escala, presenciando os atendimentos diurnos e noturnos na recepção.

Na instância pessoal, TN.10 mobilizou seus aspectos subjetivos na relação com a própria experiência desenvolvida a partir dos atendimentos que ele fez ao longo do tempo, produzindo esse diálogo interior sobre os modos de fazer. Contamos também com as mobilizações da instância interpessoal, quando os técnicos em necropsia referenciam e dirigem o seu saber-fazer na relação com os trabalhadores que acompanham o desenvolvimento do seu trabalho.

Como estabelecido, ao mesmo tempo em que o gênero profissional é atravessado pelas instâncias impessoal, pessoal e interpessoal, ele se situa para além delas, se inserindo na instância transpessoal do ofício. Portanto, não é possível descrevê-lo nem oferecer uma localização exata sobre ele. Nesse sentido, resta-nos apontar elementos que indicam uma relação de conexão dos trabalhadores com o gênero profissional.

É importante lembrar que o gênero profissional cumpre uma função psicológica ao organizar as atribuições e obrigações do ofício. Ele define, aos membros de uma ocupação, as maneiras aceitáveis de se comportar e trabalhar (Clot, 2010b). Nesse sentido, quando consideramos os conflitos que envolvem a realização de tarefas alheias ao ofício, percebemos como elas são consideradas invasivas e incômodas, e não são reconhecidas pelos técnicos em necropsia como parte de seu ofício, mesmo que em alguma medida eles percebam aspectos positivos envolvendo o referido processo de acúmulo de tarefas.

Assim, mesmo não sendo reconhecidas como parte do gênero profissional dos técnicos em necropsia, a realização e a assimilação das tarefas alheias ao ofício podem promover a incorporação desses modos-de-fazer, por meio da experiência. Os trabalhadores passam a acessar as regras não escritas de outros ofícios, que promovem um saber-fazer não pertencente que entendemos por “gênero profissional invasivo”.

Cabe lembrar que, para Clot (2010b), o gênero profissional contribui para ajustar as relações interprofissionais e para alimentar o ofício. É por meio dele que os trabalhadores avaliam e julgam seu próprio trabalho, bem como o de seus pares. Ele possibilita que os profissionais realizem o que é pertinente a seu ofício, uma vez que são os referenciais genéricos que dão suporte à atividade, permitindo que ela contribua para seu desenvolvimento e do coletivo que o compartilha. Nesse sentido, precisamos entender que há um movimento criativo e potencializador nos processos de abertura e transformação do gênero profissional promovidos pelos trabalhadores, diante dos conflitos do real, na superação das limitações do trabalho prescrito.

É também fundamental estabelecer a diferença entre o referido processo criador do gênero profissional e o gênero profissional invasivo, que surge a partir do acúmulo de tarefas. Cabe aqui o discernimento crítico de entender que o gênero profissional invasivo tem origem na mobilização impositiva dos trabalhadores para a realização de tarefas alheias a seu ofício.

Como visto, há situações em que os trabalhadores encontram sentido e satisfação em realizar tarefas alheias ao ofício, como quando conseguem orientar e acolher os usuários do serviço, alcançando assim o acesso direto aos resultados do trabalho que realizam. Esse processo também oferece a eles o reconhecimento que não encontram na relação com a direção. Contudo, é importante ter em vista que essas tarefas alheias ao ofício colocam os trabalhadores em condição de maior vulnerabilidade, submetidos à precarização do trabalho e em uma relação pautada na superexploração. Inclusive, tal configuração pode comprometer o processo de desenvolvimento, no amplo sentido do termo, do trabalhador e de seu próprio ofício.

Considerações finais

Ao longo deste estudo, buscamos apresentar uma discussão acerca do processo de apropriação de tarefas alheias ao ofício e alguns desdobramentos dele decorrentes. Adotamos a perspectiva

teórica da clínica da atividade, notadamente o conceito de gênero profissional, para entender possíveis desdobramentos do referido processo de apropriação no contexto de trabalho e nas vidas dos trabalhadores.

A reflexão e a análise de operadores teóricos, como o gênero profissional, contribuíram para a compreensão de diversos conflitos envolvendo o acúmulo de tarefas alheias ao ofício. Entendemos que a adesão e a realização, por parte dos trabalhadores, das referidas tarefas conduzem-nos ao processo de apropriação das singularidades do fazer-profissional de outros ofícios, produzindo o que chamamos aqui de gênero profissional invasivo.

Foi possível perceber, também, a importância e a identificação que os técnicos em necropsia têm com relação ao próprio ofício, por meio de falas nas quais eles demarcam seu papel no SVO, tanto com relação ao espaço de trabalho quanto no que diz respeito às tarefas inerentes à função. Por fim, percebemos que há alguns processos envolvendo o acúmulo de tarefas alheias ao ofício que geram sentido aos trabalhadores, o que certamente contribui para facilitar a adesão às tarefas alheias ao ofício. No entanto, são evidentes os prejuízos que eles sofrem com o referido processo, em especial pela superexploração, pela sobrecarga de trabalho e pela interferência no exercício profissional e no desenvolvimento do próprio ofício.

Por fim, cabe pontuar que se há a apropriação de tarefas alheias ao ofício, possivelmente haverá a presença de um gênero profissional invasivo. Consideramos que o aprofundamento acerca do fenômeno observado seria relevante para o campo da psicologia do trabalho. Nesse sentido, seria interessante a ampliação desse debate, por meio de novas pesquisas, que contemplem categorias profissionais e contextos laborais distintos.

Referências

- Aquino, C. A. B. (2020). Precarização, neoliberalismo e questão social: Reverberações sobre os modos de trabalho no nordeste brasileiro. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 23(1), 51-63. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v23i1p51-63>
- Caroly, S., & Clot, Y. (2004). Du travail collectif au collectif de travail : Développer des stratégies d'expérience. *Formation Emploi*, (88), 43-55. <http://dx.doi.org/10.3406/forem.2004.1737>
- Clot, Y. (2000). *A formação pela análise do trabalho: por uma terceira via em maneiras de agir, maneiras de pensar em formação*. (C. Osório, K. Santorum, & S. Baker, Trans.). CNAM. <http://www.pqv.unifesp.br/AformacaoatravesdaanalisedotrabalhoYvesClot.pdf>
- Clot, Y. (2001). Clínica do trabalho, clínica do real. (K. Santorum, & S. L. Barker, trad. livre). (C. Osório, rev.). *Le journal des psychologues*, (185). <http://www.pqv.unifesp.br/clotClindotrab-tradkslb.pdf>
- Clot, Y. (2002). Clinique de l'activité et répétition. *Cliniques Méditerranéennes*, 66, 31-53. <https://doi.org/10.3917/cm.066.0031>
- Clot, Y. (2004). Action et connaissance en clinique de l'activité. *Activités*, 1(1), 23-33. <https://doi.org/10.4000/activites.1145>
- Clot, Y. (2007). *A função psicológica no trabalho* (2a ed.). Vozes.
- Clot, Y. (2010a). A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da clínica da atividade. *Fractal: Revista de Psicologia*, 22(1), 207-234. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922010000100015>
- Clot, Y. (2010b). *Trabalho e poder de agir*. Fabrefactum.
- Clot, Y. (2013). O ofício como operador de saúde. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16(spe1), 1-11. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v16ispe1p1-11>
- Clot, Y. (2014a). Gêneros e estilos profissionais (J. V. Jorge, Trad.). *Laboreal*, 10(1), 1-5. <https://doi.org/10.4000/laboreal.5460>
- Clot, Y. (2014b). Vygotski: A consciência como relação (M. A. B. Ramos, Trad.). *Psicologia & Sociedade*, 26(spe2), 124-139. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000600013>
- Clot, Y., & Faïta, D. (2000). Genres et styles en analyses du travail : Concepts et méthodes. *Travailler*, 4, 7-42.

- Coutinho Filho, G. L. (2014). *Acúmulo de função do empregado: Fundamentos para uma proposição de alteração legislativa* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUC-SP. <https://tinyurl.com/px6a49wh>
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho* (5a ed.). Cortez-Oboré.
- Dejours, C. (1994). A carga psíquica do trabalho. In M. I. S. Betiol (Coord.), *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola djouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho* (pp. 21-32). Atlas.
- Druck, G. (2021). A tragédia neoliberal, a pandemia e o lugar do trabalho. In J. K. Monteiro, L. G. Freitas, C. V. S. Ribeiro, & D. B. Leda (Orgs.), *Trabalho, precarização e resistências* (pp. 291-312). Edufma.
- Lima, C. A., Barros, E. M. C., & Aquino, C. A. B. (2012). Flexibilização e intensificação laboral: Manifestações da precarização do trabalho e suas consequências para o trabalhador. *Revista Labor*, 1(7), 102-125.
- Marín, B. M. (2011). Técnicas e instrumentos de recogida de información. In S. B. Delgado, B. M. Marín, & J. L. R. Sánchez (Coords.), *Métodos de investigación y análisis de datos en ciencias sociales y de la salud* (pp. 173-233). Pirámide.
- Meirelles, H. L. (2016). *Direito administrativo brasileiro* (42a ed.). Malheiros.
- Messias, J. S. (2017). *Estudo clínico da atividade laboral dos técnicos em necropsia de um serviço de verificação de óbito do nordeste do Brasil*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25273>
- Nantes, R. C. V. P. (2014). *O desvio ilegal de função do servidor público titular de cargo efetivo: caracterização, consequências e medidas tendentes a evitá-lo*. Clube de Autores.
- Romar, C. T. M. (2018). *Direito do trabalho esquematizado* (5a ed.). Saraiva.
- Ruelland-Roger, D. (2013). Gênero de atividades profissionais, variantes estilísticas e genericidade em clínica atividade. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16(spe1), 133-144.

Endereço para correspondência

joedermessias@yahoo.com.br
falcao.jorge@gmail.com
eduardobreno@hotmail.com

Recebido em: 20/12/2022
Revisado em: 26/03/2024
Aprovado em: 09/05/2024

